

MARCO ESTRATÉGICO

2021-2026



OXFAM
Brasil

OXFAM BRASIL

Conselho Deliberativo

Andre Degenszajn, Hélio Santos (Presidente), Janaina Jatobá, Maria Aparecida Silva Bento, Maria Brant (Vice-Presidente) e Oded Grajew

Conselho Fiscal

Ana Cristina Ferreira Medeiros, Marisa Ohashi e Wander Telles

Direção Executiva

Kátia Drager Maia

Gerência de Mobilização, Comunicação e Captação de Recursos

Débora Borges

Gerência de Operações

Mirella Vieira

Gerência de Programas, Incidência e Campanhas

Maitê Gauto

Equipe de Mobilização, Comunicação e Captação de Recursos

Geiza Mara Lobato, Marcus Carvalho, Fernando Xavier, Jorge Cordeiro, Nathália Conceição de Paula e Vanessa Correia

Equipe de Programas, Incidência e Campanhas

Amanda Pimentel, Bárbara Barboza, Gustavo Ferroni, Isabel Pato, Jefferson Nascimento, Julianne Nestlehner Paiva, Luiz Franco, Melissa Mestriner, Néia Limeira e Tauá Lourenço Pires

Equipe de Operações

Anderson Lourenço, Anna Carolina Souza, Juliana Vasco, Sheila Horta, Talita Hypólito, Thaís Almeida e Uly Zizo

FICHA TÉCNICA

Revisão de Texto e Copy Desk

Eros Camel | © Camel Press

APRESENTAÇÃO

Em 2021, encaramos o desafio de construir uma nova estratégia plurianual para a Oxfam Brasil, em um cenário desafiador não somente pela continuidade da pandemia de covid-19, mas também pelo aprofundamento das desigualdades no país.

Como enfrentarmos a escalada da fome, o aumento das desigualdades e da pobreza, o racismo, o sexismo e a discriminação e violência contra as mulheres e pessoas negras, povos indígenas, quilombolas e população LGBTQIA+ que permeiam nossas relações sociais e instituições, diante do cenário em que estamos?

Uma das premissas assumidas pela Oxfam Brasil é de que **a mudança depende do esforço coletivo para uma agenda coletiva**, pois o desafio de superação do atual estado das desigualdades no Brasil demanda um engajamento amplo de múltiplos atores. Por esta razão, apostamos no diálogo entre diferentes setores e atores da sociedade e no trabalho conjunto com outras organizações e movimentos sociais. Essa, entre outras premissas, orientou a construção deste **Marco Estratégico 2021-2026**, que apresentamos a você agora.

Nossa **ambição** para um Brasil com mais justiça e menos desigualdades foi sintetizada em **cinco objetivos estratégicos**. Falamos de mudanças estruturais que não dependem exclusivamente da Oxfam Brasil, mas para as quais sua atuação converge e contribui. Cada objetivo foi desenhado a partir de linhas de ação e resultados esperados, que expressam o foco da ação e delimitam melhor o âmbito de influência e responsabilidade da Oxfam Brasil na realização da nossa ambição.

Além disso, a organização está comprometida com mudanças internas, para as quais foram planejadas três grandes **metas de avanço institucional**, também com suas respectivas linhas de ação e resultados internos, o que possibilitará à Oxfam Brasil ser mais efetiva, sustentável e resiliente financeiramente, e incorporar práticas institucionais coerentes com nossos valores e com a defesa pública de enfrentamento das desigualdades.

O exercício de planejamento para um horizonte de cinco anos diante das incertezas do contexto demanda que o **Marco Estratégico** tenha **flexibilidade e adaptabilidade**. A implementação e o monitoramento deste **Marco Estratégico** se darão por meio do acompanhamento de **Planos Operacionais** bienais, incluindo produtos, indicadores e resultados alcançados, o que permitirá ajustar a rota ao longo do caminho sem perder a coerência e os acúmulos que este processo de planejamento promoveu e construiu.

Esse é o nosso compromisso por um Brasil com mais justiça e menos desigualdades!

Boa leitura!

Kátia Maia
Diretora Executiva

SUMÁRIO

BRASIL 2021: CONTEXTO E DESAFIOS	4
PREMISSAS	6
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE MUDANÇA	7
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 – O BRASIL ALCANÇA MAIORES PATAMARES DE EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO	8
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 – O BRASIL INSTITUI E PROMOVE POLÍTICAS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS ORIENTADOS À REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS	10
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 – CADEIAS PRODUTIVAS MAIS INCLUSIVAS, EQUITATIVAS, RESPONSÁVEIS E SUSTENTÁVEIS	12
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 – UM BRASIL COM MAIORES PATAMARES DE EQUIDADE PARA OS POVOS DA AMAZÔNIA E DE COMPROMISSO COM A JUSTIÇA CLIMÁTICA	14
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 – MAIOR ENGAJAMENTO PÚBLICO EM TORNO DA AGENDA DE MUDANÇAS DA OXFAM BRASIL	14
AVANÇO INSTITUCIONAL	17
META INSTITUCIONAL 1 – A OXFAM BRASIL AVANÇA NA SUA SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA FINANCEIRA	17
META INSTITUCIONAL 2 – A OXFAM BRASIL APRIMORA SUA GESTÃO	18
META INSTITUCIONAL 3 – AMBIENTE INTERNO MAIS SEGURO E COLABORATIVO, BASEADO NA EQUIDADE RACIAL E EM PRINCÍPIOS FEMINISTAS	19
IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO ESTRATÉGICO	20
CONHECENDO MAIS A OXFAM BRASIL	22
MISSÃO, VISÃO E FORMAS DE ATUAÇÃO	22
ÁREAS TEMÁTICAS	23
JUSTIÇA RACIAL E DE GÊNERO	23
JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA.....	23
JUSTIÇA RURAL E DESENVOLVIMENTO	23
JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMAZÔNIA.....	23

BRASIL 2021: CONTEXTO E DESAFIOS

Desde o período da ditadura militar (1964-1985), o Brasil não sofria um ataque tão recorrente à sua democracia como o que se presencia no atual governo. Desde as eleições de 2018, o país entrou em uma espiral de conservadorismo de costumes e valores; aumento do racismo, machismo e violência contra as mulheres e pessoas negras; crescimento da discriminação e violência contra os povos indígenas, a população LGBTQIA+ e as religiões de matriz africana; e aumento da discriminação e violência contra a população de periferia urbana.

A chegada da covid-19 lançou o país numa profunda crise de saúde pública, social e econômica, potencializada pelas desigualdades profundas e estruturantes da sociedade brasileira. Desde que a pandemia começou, já são mais de 600 mil mortes no Brasil, cerca de 14 milhões de desempregados, em torno de 14 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema e mais de 50% da população (cerca de 110 milhões de pessoas) vivendo algum tipo de insegurança alimentar, das quais 19 milhões estão, infelizmente, enfrentando a fome.

O Brasil também apresentou uma das piores capacidades de enfrentamento da covid-19, com uma estratégia do governo federal, liderada pelo presidente da República, que optou por ser porta-voz do negacionismo da ciência em todas as formas possíveis e levou o país a uma das suas maiores tragédias de saúde pública da história.

Esse mesmo negacionismo à ciência está presente quando o tema é a crise climática, com a inação frente ao aumento do desmatamento em todos os biomas existentes no país, somado ao reiterado desrespeito aos direitos humanos, em prol de interesses econômicos.

Nesse contexto, adiciona-se a extrema desigualdade de riqueza brasileira, que permitiu o surgimento de novos bilionários em plena pandemia, quando a fome e a miséria estão presentes em todo o país.

A política passou a ser dominada pela propagação do ódio e da destruição do outro. Um projeto para minar nossa democracia está em curso: espaços de participação social estão sendo fechados; a propagação de falsas notícias, pelo próprio governo, se tornou parte do cotidiano nacional; a imprensa tem sido perseguida; movimentos sociais e suas lideranças e organizações sociais estão sendo perseguidos e mortos; o espaço cívico, fundamental para o exercício da cidadania e garantia dos direitos de todas e todos está sendo reduzido; e a lista pode seguir.

Tudo isso sem contar que os grandes desafios da consolidação da nossa democracia ainda não tinham sido alcançados: já vivíamos uma “democracia inacabada”¹. As ameaças à democracia brasileira atingiram o ápice simbólico com os atos promovidos pela Presidência da República no dia 7 de setembro de 2021.

¹ Relatório *Democracia Inacabada*, da Oxfam Brasil (2021): <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada/>.

Em resposta a esse cenário de descalabro, existem setores que demonstram resiliência. Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil seguem lutando e mobilizando-se para mitigar os impactos negativos da pandemia, da crise econômica, da defesa da democracia e o combate ao racismo, LGBTfobias e sexismo. Diversas iniciativas cidadãs buscam atenuar os efeitos da escalada da fome e das desigualdades, ao mesmo tempo em que ações de incidência e mobilização buscam denunciar violações de direitos. Redes e coalizões têm se articulado para fazer frente aos ataques à sociedade civil, por meio de campanhas de comunicação, produção de conhecimento, incidência política, diálogo com influenciadores, litígio estratégico e denúncias internacionais, entre outros. O Judiciário Federal cresce como polo de atuação estratégica da sociedade civil, à luz de um Legislativo Federal cada vez menos permeável a anseios sociais e um Executivo Federal de verniz autoritário.

Uma mudança geracional está em curso na sociedade brasileira, com jovens de 16 a 24 anos de idade ganhando mais espaço na agenda pública. Esses jovens, dotados de uma visão progressista mais alinhada aos valores da Constituição Federal do que as gerações anteriores, demonstram o mais consistente empenho ao combate às desigualdades, à valorização do papel do Estado na redução da distância entre muito ricos e muito pobres, o combate ao racismo e ao sexismo e uma percepção mais aguda sobre a importância e a gravidade da crise climática.

As previsões para os próximos cinco anos dependem de muitas variáveis ainda incertas e, por isso, não acalmam os corações dos cidadãos e cidadãs brasileiros, considerando o processo eleitoral de 2022, com eleições para Presidência da República, Congresso Nacional, governos estaduais e Assembleias Legislativas. Esse será um processo que mobilizará o conjunto da sociedade, pois o que está em jogo é a reconstrução do país, baseada em valores de humanidade, solidariedade, respeito às diferenças e equidade. Ninguém poderá ficar de fora ou ser deixado para trás.

A Oxfam Brasil estará nessa caminhada, trabalhando com outros e outras, para um país com **Mais Justiça, Menos Desigualdades!**

PREMISSAS

É necessário especificar algumas das premissas que permearam a construção deste **Marco Estratégico**.

- **Crise democrática:** como já mencionado no contexto, o Brasil passa por uma série de ameaças à sua democracia. Mas, para além da crise mais recente, é preciso reconhecer que o país já vivia uma situação de “democracia inacabada”, como apresentado em nossa publicação² sobre o tema. Uma democracia que sempre excluiu de todas as suas dimensões a maioria da população brasileira: a população negra e as mulheres. Nesse sentido, o trabalho da Oxfam Brasil nesses cinco anos estará marcado pelo objetivo comum de defesa da democracia para todos, todas e todos no nosso país, que perpassa cada um dos Objetivos Estratégicos que serão apresentados abaixo. A Oxfam Brasil atuará junto com outras organizações e redes nacionais pelo fortalecimento democrático.
- **Eleições 2022:** conforme mencionado, o ano de 2022 está marcado pelo processo eleitoral do país. Tanto o desenrolar das eleições como seus resultados terão grandes repercussões. Isso significa que este Marco Estratégico será impactado por essa realidade o qual estará sendo considerado no próximo Plano Operacional Bianual 2023-25. Além disso, o trabalho desenvolvido pela Oxfam Brasil no atual ano e no próximo estará demarcado por esse contexto.
- **Monitoramento das desigualdades:** desde o início de sua atuação, em 2014, a Oxfam Brasil estabeleceu que sua contribuição para a construção de um país mais justo passa pela redução das desigualdades. Para isso, o monitoramento dos indicadores nacionais, em diferentes aspectos, e a produção de análises e estudos são pilares do trabalho da organização. Essa forma de atuar também marca o conjunto dos Objetivos Estratégicos apresentados a seguir.

² Relatório *Democracia Inacabada*, da Oxfam Brasil (2021): <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada/>.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE MUDANÇA

A teoria de mudança que orienta este Marco Estratégico está baseada em **cinco objetivos estratégicos** que expressam a ambição da Oxfam Brasil. Nesse sentido, o trabalho contribuirá para:

1. **Um Brasil com maiores patamares de equidade racial e de gênero;**
2. **Um Brasil com políticas e investimentos públicos orientados à redução das desigualdades sociais e econômicas;**
3. **Cadeias produtivas mais inclusivas, equitativas, responsáveis e sustentáveis;**
4. **Um Brasil com maiores patamares de equidade para os povos da Amazônia e de compromisso com a justiça climática;**
5. **Um maior engajamento público em torno da agenda de mudanças defendida pela Oxfam Brasil.**

É sabido que estas mudanças dependem de muitas variantes e que estão conectadas a problemas estruturais profundos. Demandam uma atuação coletiva forte de atores de diferentes setores da sociedade brasileira para que se tornem realidade. O papel da Oxfam Brasil é, portanto, a partir de seu acúmulo e capacidade, contribuir com o esforço coletivo para que seja possível a transformação desejada. Para isso, é preciso definir focos de atuação e priorizar iniciativas, de forma que, para cada um dos cinco objetivos, foram criadas linhas de ação e resultados - estes mais delimitadores do que a Oxfam Brasil entende ser a sua colaboração para o alcance dos objetivos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 – O BRASIL ALCANÇA MAIORES PATAMARES DE EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO

As mulheres negras correspondem a 27% da população brasileira e são um dos grupos sociais mais atingidos pelas desigualdades, violência, racismo e pobreza. Jovens e mulheres negras são mais afetadas pelo desemprego³. Em decorrência disso, o trabalho precarizado e a anulação dos direitos trabalhistas se tornaram comuns, atravessando projetos de futuro, sobretudo, das juventudes periféricas e faveladas.

No setor privado, as desigualdades de gênero e raça ainda predominam de forma a desumanizar mulheres negras e barrar seu desenvolvimento no mundo do trabalho. As mulheres negras continuam na base da pirâmide das desigualdades no Brasil, e mesmo aquelas que cursam ensino superior - em instituições públicas ou privadas -, têm salários 159% e 128% respectivamente mais baixos em relação aos homens brancos nas mesmas condições⁴.

No parlamento, as mulheres negras representam menos que 3% dos assentos e são excluídas das decisões políticas que afetam suas vidas. Quanto mais mulheres, mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ ocuparem cargos de decisão, mais fortes e efetivas serão as políticas públicas para toda a sociedade. No entanto, elas enfrentam diferentes obstáculos: assédio e violência política; falta de recursos para campanha; falta de espaço na mídia; invisibilidade e desmerecimento de seu trabalho e falas; falta de apoio do partido e/ou da base aliada; e sobrecarga de trabalho doméstico, entre outros. Segundo a pesquisa *Violência Política contra Mulheres Negras*, 98,5% das candidatas já sofreram algum tipo de violência política ao longo de sua trajetória.

É preciso ampliar as políticas de reparação e ações afirmativas no país, de modo que seja garantido o pleno exercício da cidadania ativa, que haja o aprofundamento da democracia e que as vozes das mulheres possam ser amplificadas. Para alcançarmos maiores patamares de equidade racial e de gênero no Brasil, a Oxfam Brasil entende ser fundamental compreender e fortalecer as experiências de enfrentamento das desigualdades geradas pela população negra, especialmente as juventudes, as mulheres e as pessoas LGBTQIA+.

É preciso, também, mobilizar a sociedade para que os direitos dessas populações sejam garantidos. Isso significa provocar mudanças de comportamento de pessoas brancas, para que se aliem à agenda antirracista, influenciem os espaços que ocupam e gerem rupturas nas estruturas do patriarcado, do sexismo, da transfobia, da misoginia e do racismo. A Oxfam Brasil entende que as juventudes e as mulheres negras trans e cis estão na vanguarda da luta pela justiça social e de gênero, e são as principais agentes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o desemprego bateu recorde em 20 estados do país: mais da metade dos 13,9 milhões de brasileiros sem trabalho eram do sexo feminino; seis em cada dez se autodeclaravam pretos ou pardos; e 40% tinham até o ensino médio incompleto ou equivalente.

⁴ Pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa Insper com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 2016 e 2018.

Linhas de ação e resultados pretendidos em cinco anos

Linhas de ação Objetivo Estratégico 1	Resultados pretendidos*
L1.1 – Inclusão econômica e autonomia financeira das mulheres negras	Mulheres negras e jovens mulheres negras com capacidades e redes ampliadas para desenvolver estratégias de autonomia financeira
	Mais mulheres negras ocupando cargos de liderança e gerenciais nos três setores - empresas, governos e sociedade civil
	Novos programas, políticas e legislação que fomentem a inclusão econômica de mulheres negras monitorados
	Mulheres negras e jovens mulheres negras com maior autonomia financeira
L1.2 – Participação política das mulheres negras	Candidaturas de mulheres negras ampliadas nas eleições, estabelecendo novo patamar de participação
	Aumento da quantidade de mulheres negras eleitas no Brasil
	Ambientes legislativos e partidários enfrentando o assédio e a intimidação para as mulheres negras que ali atuam
	Candidaturas de mulheres negras recebem apoio financeiro dos respectivos partidos de forma equitativa
	Equidade proporcional por raça e gênero de cadeiras no parlamento regulamentada
L1.3 – Defesa dos direitos da juventude negra e cidadania ativa	Jovens negros de periferia e favela ocupam espaços de representação política e tomada de decisão
	Novos programas, políticas e legislação que promovam os direitos das juventudes implementadas e monitoradas

Linhas de ação e estratégias

Para alcançar os resultados da Linha de Ação 1.1, faz-se necessário ampliar o repertório e leque de possibilidades das mulheres negras e jovens mulheres negras em torno de projetos de futuro. Ao mesmo tempo, o acesso cada vez maior de coletivos juvenis a fundos e editais públicos será outro dado relevante para o alcance do resultado. Para isso, será fundamental influenciar os tomadores de decisão (públicos e privados), promovendo o diálogo com distintos atores, a fim de ampliar as oportunidades de acesso e os investimentos necessários. Sensibilizar, mobilizar e engajar a sociedade civil na promoção da equidade de gênero e raça é um trabalho contínuo.

Quanto à Linha de Ação 1.2, é preciso gerar conhecimento relevante sobre as desigualdades no exercício dos direitos políticos de mulheres negras, sobretudo quanto à violência política e à falta de investimento em suas candidaturas, bem como investir na formação e no fortalecimento de lideranças políticas femininas e negras. Também é fundamental promover o diálogo estratégico com distintos

atores, para garantir as condições mínimas de participação política de mulheres negras em diferentes espaços e instâncias de poder. Ao mesmo tempo, é fundamental fomentar redes de solidariedade e amplificar vozes de/para/com mulheres que têm experienciado o pleito eleitoral. É fundamental sensibilizar, mobilizar e engajar a sociedade civil na promoção da equidade de gênero e raça por meio da ampliação da participação política e da representatividade de mulheres negras nos espaços de poder.

Os **resultados na Linha de Ação 1.3** serão alcançados ao gerar conhecimento relevante sobre a situação de trabalho e renda das juventudes no Brasil, o que é estratégico para influenciar os tomadores de decisão (públicos e privados). Entendemos que, para retomar o desenvolvimento do país, é fundamental sensibilizar, mobilizar, engajar a sociedade civil e amplificar as vozes das juventudes, para que suas demandas sejam incluídas nos planos e políticas públicas a serem instituídas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 – O BRASIL INSTITUI E PROMOVE POLÍTICAS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS ORIENTADOS À REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS

A situação econômico-social do Brasil entrou em uma crise profunda, conduzida por um governo que apresenta uma agenda econômica ultraliberal casada com um discurso de conflagração social. Soma-se a isso a crise provocada pela covid-19, a partir de março de 2020, que se abateu sobre o país em um momento de “baixa imunidade” social e econômica. A análise desse cenário aponta não apenas para a ausência de medidas preocupadas com a redução de desigualdades como, ao contrário, a presença de elementos que contribuem para o aumento da distância entre muito ricos e muito pobres.

Em um momento em que se faz urgente o estabelecimento de políticas sociais e econômicas prioritariamente voltadas para combater a fome, a miséria, a pobreza e o desemprego, o governo e boa parte do Congresso Nacional seguem subservientes à injusta Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos) e a medidas que seguem protegendo os privilegiados em detrimento da maioria da população.

Além disso, há um projeto deliberado de desmantelamento das políticas de proteção social que foram construídas e consolidadas nas últimas décadas com resultados positivos na sua implementação.

No Brasil, pessoas negras tem 1,5 vez mais chance de morrer de covid-19 do que pessoas brancas (OCDE, 2021). A miséria e a fome explodiram no país durante a pandemia. Em dezembro de 2020, 55% da população brasileira se encontravam em situação de insegurança alimentar e 9% se em situação de fome (19,1 milhões de pessoas), sendo que a fome estava presente em 11,1% dos lares chefiados por mulheres e 10,7% por pessoas negras.

Com a pandemia, muitas pequenas e médias empresas quebraram (os 40% de todas as empresas que fecharam até julho de 2020 eram pequenas/médias empresas), mais de 8 milhões de empregos foram dizimados em 2020, quando menos da metade dos brasileiros em idade ativa estavam empregados (46,7%). A taxa de desemprego entre os jovens é maior do que nunca.

Associada a isso, houve uma política de desinvestimento em políticas sociais e de proteção social fundamentais para o enfrentamento de crises como a pandemia de covid-19.

É nesse caos econômico e social que se fazem ainda mais necessários políticas e investimentos públicos com foco na redução das desigualdades sociais e econômicas, a partir de um sistema tributário justo e solidário, de uma política de transferência de renda robusta e da garantia de políticas sociais universais.

Linhas de ação e resultados pretendidos em cinco anos

Linhas de ação Objetivo Estratégico 2	Resultados pretendidos
L2.1 – Estabelecimento de políticas fiscais e econômicas orientadas à redução das desigualdades	Mecanismos de progressividade do sistema fiscal e tributário brasileiro aprovados, incluindo Projetos de Lei, Emendas Constitucionais e Normas
	Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (na totalidade ou em parte), no marco da revisão prevista de dez anos que irá ocorrer em 2026
	As desigualdades raciais, de gênero e renda, fazem parte dos debates e das ações de incidência tanto na reforma tributária como de revisão da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos)
L2.2 Promoção da equidade por meio de políticas sociais	Novo modelo de política de transferência de renda que responda aos desafios da desigualdade de renda em um contexto pós-pandemia implementado
	Investimentos públicos assegurados para as políticas sociais que promovem a equidade
	A sociedade brasileira reconhece a importância de uma democracia efetivamente representativa quanto à equidade racial e de gênero como fundamentais para a redução de desigualdades

Linhas de ação e estratégias

Este Objetivo Estratégico articulará ações de cinco diferentes naturezas:

1. **Produção de conhecimento para ação:** por meio da pesquisa e publicação de informes sobre a percepção pública sobre desigualdades e a análise de diferentes aspectos das desigualdades no Brasil, visando mensurar o sentimento popular sobre aspectos específicos e sistematizar dados sociais e econômicos.
2. **Incidência política e legislativa:** visando influenciar tomadores de decisão, públicos e privados, a partir de elementos de convicção produzidos a partir de pesquisa para ação.
3. **Trazer mais pessoas para a conversa sobre o combate às desigualdades:** por meio da divulgação de pesquisas, produzidas no âmbito da Oxfam Brasil e da rede Oxfam, além da elaboração de artigos e participação em entrevistas em veículos de imprensa.

4. **Diálogo e mobilização da sociedade civil:** por intermédio de um diálogo constante com movimentos sociais, organizações do terceiro setor, redes e coalizões que atuam em pautas afins ao objetivo estratégico.
5. **Fomentar debate sobre desigualdade a partir da base:** por meio de ações direcionadas às pessoas mais impactadas pelas desigualdades, que, embora sub-representadas politicamente, constituem maiorias demográficas. Não se trata apenas de divulgar as pesquisas tais como realizadas hoje (isto é, voltadas principalmente a tomadores de decisão), e sim pensar uma comunicação que dialogue com quem está sendo impactado pelas desigualdades e vê o Estado como ator central para reduzi-las.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 – CADEIAS PRODUTIVAS MAIS INCLUSIVAS, EQUITATIVAS, RESPONSÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

O Brasil possui uma economia industrializada, porém as diferentes cadeias produtivas convivem ou reproduzem uma estrutura/modelo que viola os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, bem como de povos e comunidades originários e tradicionais habitantes dos territórios em conflito com o modelo de desenvolvimento implementado.

O modelo de desenvolvimento vigente, marcado fortemente pelo peso da exportação de *commodities* primárias e pelo poder das elites associadas à sua exploração, condiciona e impede a plena garantia e o respeito aos direitos humanos de grupos que historicamente são marginalizados no ambiente rural como trabalhadores rurais, agricultores familiares, povos indígenas, povos tradicionais e comunidades camponesas.

O agronegócio brasileiro, em muitos casos, tem suas vantagens competitivas baseadas em mão de obra barata e no uso predatório dos recursos naturais. Este modelo gerou muita “riqueza” e, em alguns aspectos, modernizou-se tecnologicamente, mas parece incapaz de se desvencilhar de práticas de violações de direitos e danos ambientais, contribuindo para o reforço das desigualdades no país. Não há dúvida de que a exploração de *commodities* primárias no Brasil gera muita riqueza e contribuiu para as Contas Nacionais, porém a prosperidade do agronegócio brasileiro não se traduziu em distribuição de renda, diminuição da desigualdade e, muito menos, superação de problemas graves de violações de direitos humanos presentes no Brasil rural.

A luta pela garantia e pelo respeito dos direitos humanos daqueles que são impactados pelo agronegócio, pela mineração e por grandes empreendimentos no Brasil rural busca influenciar tanto políticas públicas e marcos regulatórios, como o próprio setor privado em si. É preciso tanto questionar as estruturas existentes que promovem e mantêm as desigualdades, buscando transformações mais profundas, como atuar pela resposta imediata às violações de direitos em andamento.

A governança dessas cadeias produtivas com relação aos direitos humanos também ocorre por meio de mecanismos do próprio setor privado, como as certificações, iniciativas multi-interessadas e auditorias, que apresentam aspectos positivos e negativos, muitas vezes com a exclusão de sindicatos de trabalhadores e

de representações dos povos afetados por essas cadeias produtivas. Um exemplo é a exclusão dos sindicatos de trabalhadores rurais dos processos de auditoria enfocados nas condições de trabalho.

Em paralelo, nos últimos quatro anos em particular, a estrutura de políticas públicas e órgãos de fiscalização vem sendo desmontada. O discurso de austeridade e o aparelhamento do Estado por grupos políticos com uma visão excludente, baseada no patriarcado e no racismo estrutural, vem gerando grande impacto negativo na garantia e no respeito aos direitos humanos e à preservação do meio ambiente no mundo rural. Soma-se a esse contexto a crise econômica e a crise pandêmica que têm propiciado uma piora ainda mais acentuada para essas populações.

Linhas de ação e resultados pretendidos em cinco anos

Linhas de ação Objetivo Estratégico 3	Resultados pretendidos
L3.1 – Direitos e condições dignas para trabalhadores e trabalhadoras rurais	Sindicatos de trabalhadores rurais estão fortalecidos em suas negociações para a influência sobre diferentes atores das cadeias produtivas
	Mais e melhores práticas e compromissos individuais são adotados por empresas, certificações e auditorias das cadeias agrícolas ligadas ao Brasil
	Sindicatos rurais e organizações da sociedade civil coordenadas se engajam em ações de responsabilização de empresas para reparar e reduzir violações de direitos em cadeias produtivas
	Cadeias produtivas com políticas públicas, ações empresariais e marco legal avançado no respeito aos direitos humanos
	Ativistas urbanos e consumidores conscientes mobilizados para pressionar empresas envolvidas em violações de direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e em ações de solidariedade a esse setor
	Debates públicos sobre agronegócio e responsabilidade empresarial passam a valorizar e reconhecer os direitos humanos e de trabalhadores e trabalhadoras rurais no marco da equidade racial e enfrentamento do patriarcado
L3.2 – Direitos territoriais e de acesso a recursos naturais	Comunidades fortalecidas permanecem em seus territórios autonomamente e com seus direitos e proteção assegurados contra impactos e explorações causadas por cadeias produtivas de <i>commodities</i>
	Mais e melhores práticas e compromissos individuais são adotadas por empresas, certificações e auditorias das cadeias produtivas ligadas a conflitos por terra e recursos naturais no Brasil
	Organizações da sociedade civil e organizações representativas de comunidades realizam denúncias e implementam ações para a responsabilização de empresas quanto às violações em cadeias produtivas, incluindo racismo e discriminação de gênero
	Ativistas urbanos e consumidores conscientes mobilizados para pressionar empresas envolvidas em violações de direitos relacionadas à terra e recursos naturais

Linhas de ação e estratégias

- Trabalho fortemente ancorado em parcerias e alianças com as comunidades e grupos de pessoas impactadas pelas cadeias produtivas de grandes empresas, reforçando suas demandas e estratégias de influência em políticas e práticas empresariais, bem como políticas públicas.
- Utilização de campanhas e ações públicas para dar visibilidade à violação de direitos e injustiças contra trabalhadores e trabalhadoras, comunidades e povos impactados por ações empresariais das cadeias de *commodities*, e conscientização do público sobre o papel do setor privado em relação às desigualdades.
- Demanda e diálogo com grandes empresas para que sejam mais transparentes, responsáveis e adotem compromissos públicos evidentes com o respeito aos direitos humanos em suas cadeias produtivas, em diálogo com aqueles impactados.
- Produção de conhecimento baseada em análises sobre as cadeias produtivas de grandes empresas, os riscos associados a partir de evidências e a sistematização de casos concretos de violações.
- Estabelecimento de conexões entre os problemas encontrados nas cadeias produtivas no país com o ambiente internacional (consumidores e compradores), buscando uma maior influência nas práticas locais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 – UM BRASIL COM MAIORES PATAMARES DE EQUIDADE PARA OS POVOS DA AMAZÔNIA E DE COMPROMISSO COM A JUSTIÇA CLIMÁTICA

Este objetivo, e respectivas linhas de ação e resultados, está em processo de construção com outras afiliadas da rede Oxfam (Bolívia, Colômbia e Perú) na busca da elaboração de uma estratégia regional. Essa atualização será feita nos Planos Operacionais bianuais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 – MAIOR ENGAJAMENTO PÚBLICO EM TORNO DA AGENDA DE MUDANÇAS DA OXFAM BRASIL

A construção de uma sociedade mais justa e menos desigual passa pelo engajamento das pessoas. No entanto, as desigualdades têm causas complexas e as soluções tampouco são simples. Essa complexidade precisa ser traduzida para as pessoas, desnaturalizando a realidade de injustiças vivenciadas pela maioria da população brasileira e buscando sensibilizar um público mais amplo para se alcançar as transformações necessárias.

Nesse contexto, é preciso desenvolver mensagens e narrativas que sejam capazes de visibilizar os problemas e as ações empreendidas para enfrentá-los, de forma a manter a relevância dos temas propostos no debate público. Também é necessário amplificar essa mensagem construída, por meio de uma comunicação que imprima diferentes tons e nuances do mesmo enunciado para públicos distintos.

Por fim, ao jogar luz sobre as injustiças e as desigualdades, a organização deverá manter como princípio o respeito às pessoas em situação de vulnerabilidade, amplificando suas vozes e promovendo um ambiente de confiança no campo dos movimentos e associações de causas afins aos direitos humanos.

Linhas de ação e resultados pretendidos em cinco anos

Linhas de ação Objetivo Estratégico 5	Resultados pretendidos
L5.1 – Diálogo com diferentes agentes de mudança e setores da sociedade	Reconhecimento e reputação da Oxfam Brasil fortalecidos, a partir da identificação e construção de relacionamento com públicos específicos que possam difundir as mensagens e campanhas da organização
	Ampliação do número de pessoas engajadas contra as desigualdades, que reconhecem a Oxfam Brasil, apoiam e participam de seus projetos e campanhas, e são capazes de ampliar/multiplicar seu alcance
	Pessoas engajadas contra as desigualdades ampliam/multiplicam o alcance das ações da Oxfam Brasil, pensando em conjunto com a organização estratégias para a mensagem chegar a cada vez mais brasileiras e brasileiros
L5.2 – Desigualdades no centro do debate público, de forma qualificada, por meio de canais próprios e externos de comunicação	Visibilidade, capilaridade e credibilidade da organização ampliadas, refletidas em números de engajamento
L5.3 – Base robusta, engajada e mobilizada para o exercício de uma cidadania ativa e doação de recursos	Aumento do engajamento de pessoas com a Oxfam Brasil que possam contribuir financeiramente com a organização.
	Aumento da base de assinantes de petição e <i>leads</i> e de ativistas engajados
	Consolidação de um crescimento permanente das bases de potenciais doadores e doadoras a partir de públicos e mensagens diversificados

Linhas de ação e estratégias

Para cumprir o desafio de engajar cada vez mais pessoas à causa do enfrentamento às desigualdades, é necessário aprofundar a compreensão sobre os públicos-alvo/canais que atualmente se relacionam com a Oxfam Brasil e desenvolver a comunicação em pelo menos quatro pilares:

1. Consciência – para expandir conhecimento sobre as desigualdades e o trabalho da organização;

2. Reflexão – buscando aprofundar e qualificar o debate;
3. Engajamento – estimulando a participação dos públicos nas conversas *online* e para conversão de doações individuais;
4. Relacionamento – mantendo diálogo com os diversos públicos acessados.

As linhas estratégicas prioritárias apontadas neste documento, e detalhadas nos Planos Operacionais, são transversais e complementares. A enumeração de públicos, canais e tons de mensagens diferentes em cada uma delas deverá ser feita com o intuito de organizar melhor as formas de abordagem e os objetivos da comunicação.

AVANÇO INSTITUCIONAL

Para corresponder à responsabilidade e ao compromisso com a ambição por um país com **mais justiça e menos desigualdades**, a Oxfam Brasil compreende que precisa estar em constante aprimoramento de suas capacidades internas de gestão, governança e sustentabilidade. Além disso, suas políticas e práticas internas devem estar coerentes com os valores defendidos pela organização externamente. A teoria de mudança que sustenta o Marco Estratégico demanda que a organização busque se fortalecer e avance de forma sustentável e coerente. Para tal, foram projetadas três grandes metas de avanço institucional descritas a seguir.

META INSTITUCIONAL 1 – A OXFAM BRASIL AVANÇA NA SUA SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA FINANCEIRA

A Oxfam Brasil, após sete anos de atuação, entra em uma nova fase de consolidação do trabalho e de reconhecimento da sua atuação no país. Essa consolidação demanda a ampliação da sua capacidade institucional para implementar ações, projetos e programas que respondam aos desafios colocados na agenda de combate às desigualdades sociais e econômicas e, em especial, de gênero, raça e renda, principalmente face ao contexto de retrocessos sociais e econômicos em que o país está imerso, contexto esse aprofundado pela pandemia de covid-19.

Institucionalmente, o desafio da sustentabilidade está na ampliação e diversificação das fontes de recursos. Tanto no âmbito nacional e internacional, passando pelas fontes financiadoras que fazem parte da rede Oxfam e outras, como no que se refere à doação feita por indivíduos, vinculada ao apoio à causa da organização.

A parceria com outras afiliadas da rede Oxfam tem sido importante na ação da Oxfam Brasil, contudo, para consolidar a sua sustentabilidade financeira, é essencial ampliar sua rede de financiadores e parcerias, a fim de consolidar sua autonomia, combinando fontes de recursos nacionais e internacionais.

Outro ponto de atenção é a contínua redução da presença da cooperação internacional no país, que, apesar de acompanhar a situação do Brasil, ainda não fez um movimento mais efetivo para ampliar as oportunidades de captação de recursos para as organizações brasileiras.

Para a Oxfam Brasil, pessoas mobilizadas e lutando por seus direitos são a chave para a construção de um país mais justo. Neste sentido, é essencial a ampliação da base de apoiadores, pessoas que seguem e se mobilizam em torno dos temas que a organização aborda. Do ponto de vista da sustentabilidade financeira da organização, a ampliação da sua base de doadores individuais recorrentes de maneira contínua e sustentada deverá também contribuir para sua autonomia e independência financeira.

Diante deste cenário, há duas linhas de ação nesta meta:

- 1. Incremento e diversificação da captação de recursos** – dedicada às iniciativas de ingresso de recursos para possibilitar uma atuação cada vez mais adequada e consistente, tanto na captação com indivíduos como na captação programática. Os resultados pretendidos referem-se a: 1) ampliação da base de doadores, especialmente aqueles que doam de forma recorrente e irrestrita; 2) desenvolvimento e consolidação de uma carteira de financiadores, com prioridade para instituições nacionais, e diversificação de fontes para projetos e programas.
- 2. Aumento da resiliência financeira** – dedicada a aprimorar a capacidade de resposta da Oxfam Brasil frente a situações de risco financeiro ou que possam importar em perdas para a organização, sem abalar significativamente suas operações. Os resultados pretendidos referem-se a: maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis, com redução de perdas; ampliação do fundo de reserva para suportar contingências e intervalos entre projetos; e adequada gestão de riscos que possam ter repercussões financeiras.

Fará parte deste Marco Estratégico uma **Estratégia de Sustentabilidade 2021-26** para cinco anos, a qual dará as diretrizes, orientações e estabelecerá metas de recursos para esse novo período organizacional. A Estratégia de Sustentabilidade será monitorada através de planos anuais.

META INSTITUCIONAL 2 – A OXFAM BRASIL APRIMORA SUA GESTÃO

Em seus primeiros anos de existência, a Oxfam Brasil conseguiu estabelecer formas de gestão, políticas institucionais e procedimentos que lhe permitiram atuar e crescer. Este crescimento, contudo, acarreta novos desafios de gestão decorrentes da ampliação da equipe, maiores exigências de financiadores, execução de múltiplos projetos de forma simultânea e aumento dos fluxos comunicacionais internos, dentre outros fatores. As atuais capacidades de gestão e administração do conjunto das áreas da organização precisam, portanto, ser aperfeiçoadas e renovadas.

São três as linhas de ação desta meta:

- 1. Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (PMAA)** – dedicada à internalização das funções de monitoramento, oferecendo suporte adequado ao planejamento e à avaliação e aprendizagem de planos, projetos e programas.
- 2. Aprimoramento de procedimentos e capacidades de gestão** – dedicada ao desenvolvimento de melhores condições de trabalho para a equipe; melhor gestão de tempo com eficiência dos processos; melhor organização interna; e otimização dos recursos (humanos, de equipamentos e financeiros em geral).
- 3. Transparência e accountability** – dedicada à transparência de dados e informações financeiras nos diferentes níveis decisórios e de controles internos e externos, assegurando maior transparência e conformidade.

META INSTITUCIONAL 3 – AMBIENTE INTERNO MAIS SEGURO E COLABORATIVO, BASEADO NA EQUIDADE RACIAL E EM PRINCÍPIOS FEMINISTAS

Desde o início de suas operações, em 2015, a Oxfam Brasil tomou a decisão de trazer os temas do racismo e da equidade de gênero para dentro da organização. Ainda que esse processo tenha sofrido várias interrupções, algumas iniciativas foram sendo construídas na organização. No ano de 2021, foi iniciado um processo mais profundo de construção de uma política antirracista para a organização e de equidade racial e de gênero. Esse é um processo longo que deve causar mudanças na cultura institucional e nos procedimentos organizacionais, que precisam ser explícitos sobre as formas de salvaguardar a organização como um ambiente seguro para sua equipe e na relação da equipe com o público externo.

Nesse sentido, são três as linhas de ação desta meta:

- 1. Estabelecimento de uma política antirracista e de promoção da equidade racial** – a construção dessa política será feita em conjunto com a equipe e norteará as políticas, práticas e ações da organização, tanto interna como externamente.
- 2. Estabelecimento de um decálogo de princípios feministas e de uma política de equidade de gênero** – a construção dessa política também será feita em conjunto com a equipe e norteará as políticas, práticas e ações da organização, tanto interna como externamente.
- 3. Estabelecimento de um ambiente institucional seguro, colaborativo e de corresponsabilidade para o conjunto da equipe** – será necessário definir e garantir a implementação de procedimentos que sejam precisos e transparentes no tocante ao ambiente de trabalho. Os valores institucionais devem ser promovidos para orientar a atuação da equipe.

IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO ESTRATÉGICO

A teoria de mudança enunciada neste Marco Estratégico deverá ser complementada e especificada em planos operacionais nos quais sejam desenhadas as estratégias, os resultados de meio, bem como os procedimentos de implementação e monitoramento.

A implantação ocorrerá em três ciclos, a cada um correspondendo um plano operacional a ser desenvolvido com base nos acúmulos e nas análises que venham a ser produzidas no âmbito do monitoramento e avaliação:

- Primeiro ciclo – abril/2021 a março/2023;
- Segundo ciclo – abril/2023 a março/2025;
- Terceiro ciclo - abril/2025 a março/2026.

OBJETIVOS, LINHAS DE AÇÃO E RESULTADOS SÃO DINÂMICOS

Os planos operacionais devem partir do entendimento de que as partes que integram a ambição da Oxfam Brasil não são estanques. Ao contrário, cada objetivo e linha de ação interage e contribui com os demais, convergindo para a transformação social pretendida. A articulação e a combinação de estratégias, assim como a potencialização de ações comuns entre os diversos objetivos, representam uma diretriz importante para a implementação do Marco Estratégico.

GRANDES MUDANÇAS DEPENDEM DE CADEIAS DE RESULTADOS

As linhas de ação e os respectivos resultados apontados neste Marco Estratégico somente poderão ser alcançados se houver planejamento de cadeias de efeitos nas quais haja previsão de resultados intermediários que componham uma sequência – não necessariamente linear – de mudanças. Os planos operacionais, nesse sentido, permitem uma maior concretude, previsão de metas e coesão entre o que se faz e o que se pretende alcançar.

FLEXIBILIDADE E ADAPTABILIDADE

O Marco Estratégico deve ser compreendido como um "documento vivo", expressão de um processo de planejamento que se renova constantemente. A cada ciclo de implementação e avaliação, não apenas um novo plano operacional será elaborado, mas também haverá a oportunidade de ajustes no próprio Marco em si.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A implementação do Marco Estratégico deverá ser acompanhada por um sistema de monitoramento e avaliação capaz de acompanhar os avanços e desafios de forma permanente, oferecendo subsídios

para adaptações, ajustes ou mudanças de rota que eventualmente se mostrarem necessárias diante do contexto. Este sistema será especificado nos planos operacionais de cada ciclo de implementação.

O monitoramento terá início com a definição de indicadores para cada resultado ou conjunto de resultados, valendo-se de dados quantitativos e qualitativos. Os indicadores devem ser capazes de mensurar, na maior medida possível, as mudanças promovidas ou influenciadas pela Oxfam Brasil, mas sabendo que algumas transformações dependem de uma conjugação de fatores externos à vontade da organização, o que significa que nem sempre será possível atribuir uma relação de causalidade direta. As análises devem ser, portanto, contextualizadas e considerar os fatores de conjuntura, a atuação de outros atores nas mesmas pautas e a interrelação da Oxfam Brasil com aliados e opositores.

A partir da definição de indicadores, deve-se elaborar as linhas de base e/ou análises qualitativas de cada situação-problema, de forma a compor um quadro inicial para futuras comparações ao longo da implementação do Marco Estratégico.

É importante que o monitoramento ocorra com metodologia e frequência suficientes para alimentar os diversos setores da Oxfam Brasil sobre o avanço dos resultados pretendidos em cada objetivo ou meta interna. Significa que toda a organização deverá se empenhar nessa função, ainda que exista um posto profissional específico para liderar as iniciativas.

Como efeito de um monitoramento adequado e permanente, ganha-se em efetividade nos relatórios institucionais de atividades, nos relatórios de projetos e nos relatórios internos de seguimento. Consequentemente, a Oxfam Brasil poderá comunicar melhor os resultados de sua atuação às organizações parceiras e financiadoras, aos doadores e doadoras e a potenciais apoiadores.

Com base no monitoramento, deverão ocorrer três momentos de avaliação, um ao final de cada ciclo de implementação, possibilitando que o Marco Estratégico seja revisitado e ajustado para se manter coerente e atualizado frente ao contexto e aos novos desafios.

CONHECENDO MAIS A OXFAM BRASIL

MISSÃO, VISÃO E FORMAS DE ATUAÇÃO

A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira, fundada em 2014, com início de suas operações em 2015, e tem como missão contribuir para a redução das injustiças sociais e das desigualdades de renda, riqueza, gênero, raça e tantas mais. Partimos do pressuposto de que é inaceitável que estejamos convivendo com tanta desigualdade, injustiça e pobreza, fatores que inviabilizam o desenvolvimento do país, e de que é possível construir um Brasil mais justo, onde todas as pessoas exerçam o direito a uma vida melhor, com equidade e liberdade.

Missão

Contribuir para a construção de um Brasil justo, sustentável e solidário, que respeite os direitos humanos e que elimine as causas da pobreza e das desigualdades

Visão

Queremos um Brasil justo, sem pobreza e desigualdades, onde as pessoas sejam respeitadas em sua diversidade e tratadas com igualdade. Uma sociedade na qual cidadãos e cidadãs exerçam de forma plena todos os seus direitos e participem ativamente das decisões políticas

Acreditamos que uma sociedade civil diversificada, ativa e legítima, baseada em uma abordagem fundamentada em direitos, é crucial para promover mudanças estruturais e duradouras para um Brasil livre de desigualdades extremas. Somamos forças com outras e outros para desnaturalizar e combater as desigualdades e a injustiça, gerando mudanças na sociedade.

De que forma atuamos:

- Geração de conhecimento e produção de conteúdo indicando soluções que possam ser úteis para o conjunto da sociedade;
- Influência junto a tomadores de decisão em empresas e governo;
- Participação em redes, articulações e atuação através de alianças;
- Realização de campanhas de sensibilização, conscientização e engajamento;
- Execução de projetos e programas, em parcerias com outras e outros, voltados para a defesa de direitos e o combate às desigualdades;
- Busca de soluções replicáveis e de impacto;
- Viabilização de espaços de fala que ampliem as vozes daquelas e daqueles que não têm sua voz reconhecida e valorizada.

ÁREAS TEMÁTICAS

JUSTIÇA RACIAL E DE GÊNERO

O racismo e o sexismo estruturam as desigualdades no Brasil, sendo necessário, para o alcance de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, construir ações interseccionais com foco na defesa de direitos e ampliação do protagonismo de mulheres e juventudes negras na sociedade. Por meio de ações de incidência, projetos e parcerias, a Oxfam Brasil atuará pela inclusão econômica e autonomia financeira das mulheres negras, bem como a ampliação da participação política, e seguirá atuando pelos direitos da juventude negra e promovendo a sua cidadania ativa

JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

Para construir uma sociedade menos desigual, é fundamental mudar as estruturas institucionais reprodutoras de desigualdades, por meio do acompanhamento e da incidência em prol do estabelecimento de políticas fiscais e econômicas orientadas à redução das desigualdades, do fortalecimento de políticas de transferência de renda, do incremento dos investimentos em políticas sociais e do engajamento e da mobilização por uma democracia representativa que efetivamente reduza desigualdades.

JUSTIÇA RURAL E DESENVOLVIMENTO

A assimetria de poder entre as grandes empresas e os trabalhadores e comunidades que dependem de suas cadeias de produção é um forte vetor de desigualdade. Diante disso, a Oxfam Brasil atua com comunidades, trabalhadores rurais e grupos de pessoas impactadas pelas cadeias de produção das grandes empresas, buscando defender seus direitos e condições dignas de trabalho, defender mudanças nas políticas e práticas empresariais, mais regulação para a responsabilização de empresas e proteção aos atingidos, bem como direitos territoriais e de acesso a recursos naturais.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira é marcada pelas desigualdades de raça, gênero e renda, e requer ações orientadas às especificidades do território. As ameaças aos povos indígenas e às comunidades tradicionais se intensificaram nos últimos anos, seja pelos impactos das mudanças climáticas, como pela ação deliberada de atores do setor privado e do governo. Diante disso, a Oxfam Brasil atuará para reduzir as desigualdades na Amazônia por meio do fortalecimento das organizações da sociedade civil no território, bem como dar visibilidade aos desafios e às frequentes violações de direitos a que os povos indígenas e comunidades tradicionais são submetidos, incluindo um olhar regional sobre o ecossistema amazônico.